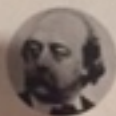


F

FOCAR


"O que o dinheiro
faz por nós não
compensa o que
fazemos por ele"

Gustave Flaubert
Escritor francês
(1821-1880)



INFLUÊNCIA





Vida de lobista

Entre representantes de associações empresariais, sindicais e profissionais, de universidades, think tanks, de organizações não governamentais ou de autoridades locais, regionais ou municipais, de consultores ou sociedade de advogados ou de igrejas e comunidades religiosas, há 30.000 almas a rondar as instâncias europeias, com o objetivo de influenciar qualquer coisa. Onde é que Durão Barroso entrará, nesta equação?

INÊS RAPAZOTE

Há anos, que já não consegue contar-se com exatidão, havia, no Parlamento Europeu (PE), uma eurodeputada que era mais conhecida por "senhora Nokia" que pelo seu próprio nome. Estava na cabeça do povo europeu a defesa dos interesses daquela empresa e não via mal nenhum nisso. Mas os seus pares comentavam. E quando um deles lhe perguntou se a alcunha não a incomodava, respondeu que não e explicou que estava no PE a representar os seus eleitores e os interesses da Finlândia e que, naquele tempo, os interesses do seu país passavam, em grande medida, pela defesa de tudo o que rodasse à volta daquela empresa de telecomunicações. Os tempos passaram e as regras mudaram. Hoje, ter um eurodeputado assim, claramente associado a uma empresa, daria logo brado. "É lobbing", acusariam muitos.

Paulo Sande desvaloriza. Afinal, diz o antigo diretor do gabinete do Parlamento Europeu em Portugal, "o lóbi é a atividade mais antiga que existe. Todos o fazemos, todo o tempo." E, ao longo dos tempos, foi sendo regulado. António Vitorino, que foi comissário europeu (com a pasta da Justiça e Segurança interna) entre 1999 e 2004, dá conta como as coisas evoluíram: "Há mais transparência, maior conhecimento do perímetro do lóbi, um registo obrigatório que obriga ao cumprimento de um código de conduta e existe o encaminhamento das fontes de financiamento da empresa".

Quando se fala no lobby, muitas vezes com nome de código, as regras não se aplicam. Paulo Sande diz que a história de António Vitorino é um exemplo. Quando chegou ao PE, em 2004, recebeu cerca de 120 e-mails e mensagens de texto, muitas das quais eram de empresas. A maioria dizia-lhe que precisava de ajuda para obter subsídios sem que isso lhe custasse o seu nome, número de telefone ou endereço para que trabalhasse. O lóbi não se representa e o tema que o leva à reunião é a reunião. Depois, não mais reuniões, mas os encontros decorrem, geralmente, à porta aberta e com todos os nomes das pessoas na sala. No fim de tudo, Vitorino recorda Vitorino, "há um minuto, todos os pontos tratados (para registo público) e alguma informação trocada fosse da boca de outro comissário, dava-lhe conta".

Claro que não é assim em todo o lado.

No Parlamento Europeu, por exemplo, os lobistas acreditados andam livremente pelos corredores. Têm e de andar identificados – têm um crachá, que tem de estar sempre visível. E a sua estadia fica automaticamente registada no ato de entrada e de saída. As conversas e trocas de informação, essas, são consideradas como coisa séria, não tratável à saída de um elevador ou à porta de um gabinete (ver caixa "Fluxers no local do crime"), pelo que geralmente são tratadas com a solenidade de uma reunião com data e hora marcada. E, tirando casos como o de John Dalli (o comissário maltês da Saúde que teve contactos secretos e não oficiais com a indústria tabaqueira, enquanto a Comissão preparava legislação antitabaco e que acabou por o levar à demissão), estas regras têm sido aceites, de parte a parte.

Geralmente, "quando os eurodeputados chegam, estranham" o *modus operandi*, explica Henrique Burnay, senior partner da Eupportunity, a empresa de lóbi portuguesa com mais passes concedidos pelo Parlamento e mais reuniões realizadas com diretores-gerais e gabinetes de comissários da Comissão Europeia (em termos de número de lobistas registados, é ultrapassada pela Associação Portuguesa de Bancos).

Apesar de estar no seu segundo mandato, Nuno Melo, eurodeputado eleito pelo CDS, diz que, por norma, não recebe lobistas. Mas a regra não é rígida. Agora que é relator-sombra num relatório sobre uso de armas, reuniu (mas "nunca sozinho") com representantes da indústria do armamento, para se inteirar de aspetos mais técnicos da questão. Henrique Burnay chegou a ouvir, de um interlocutor, "ainda bem que vieram. Sabíamos que essa solução [de contratação pública] existia, mas não sabíamos como funcionava". Ou seja, o lóbiing serve para influenciar, sim, mas muitos dos alvos acabam por retirar mais valias (informação que desconheciam) dos encontros.

MAS AFINAL SÃO TODOS LOBISTAS?

O Registo de Transparência tem 9861 entidades registadas, o que equivale a mais de 30 mil lobistas e custos, por empresa, que podem chegar aos seis milhões de euros ao ano. Mas são todos lobistas? Não. No mesmo registo, estão lobistas e representantes de associações empresariais, sindicais e profissionais (estes, verdadeiros lobistas, são mais de metade do total), organizações não governamentais, consultores e sociedades de advogados, grupos de reflexão e instituições académicas, organizações públicas ou mistas e até representantes de igrejas e comunidades religiosas.

Fluxers no local do crime

A Place du Luxemburgo (Plux, para os habitués), nas redondezas do Parlamento Europeu (mas não longe do Conselho Europeu e da Comissão), torna-se, às quintas-feiras à tarde, a partir das 17h30, 18h, um espaço apinhado de funcionários, assistentes e todo o mundo que rodeia os eurocratas, no qual se inserem, obviamente, lobistas. "Com a ajuda de uma ou duas cervejas, a troca de informação e de contactos" torna-se mais facilitada entre *fluxers*, garante Carlos Coelho, o decano dos eurodeputados. Mas isto não quer dizer que a prática do lóbi se faça nas ruas ou encontros sociais. "É party killer", garante fonte com muita experiência de lóbiing nos corredores de Bruxelas. As ações de lóbi ("cujo objetivo é influenciar, não condicionar", como esclarece Henrique Burnay) passam-se nos gabinetes, com reuniões agendadas e devidamente registadas.

É neste grupo de 30 mil lobistas que entrará Durão Barroso, o ex-presidente da Comissão que passará a ser recebido como um simples representante dos interesses da Goldman Sachs. "Falar de Durão Barroso como lobista é um disparate", dispara Burnay, que é considerado por muitos o maior lobista português em Bruxelas.

Vitorino recorda os seus tempos de comissário. Durante o processo movido à Microsoft pela Comissão, por comportamento anticoncorrencial, cruzou-se durante semanas, nos corredores da Comissão, com o presidente da tecnológica americana. "Isso faz dele um lobista"

1 Centro nevrálgico
O lobbying belga deslocou-se de Schuman [zona da Comissão e do Conselho], para a Pr. de Meeus, dando nota da crescente influência do Parlamento Europeu na tomada de decisão.

2 Parliament
Na casa dos comissários, onde trabalham 3000 assessores, que se vão o portapé de saída das leis que os lobistas pretendem influenciar

3 Centro Albert Borschette
As instituições europeias recorrem muito a peritos externos – é esse lugar, nos grupos de peritos, que os lobistas querem ocupar



José Carlos de Vasconcelos

Políticos, ontem e hoje

A Vitorino não lhe parece. "Se os presidentes das empresas fossem considerados lobistas, todas as empresas do mundo tinham de estar no Registo de Transparência", remata Burnay.

A hora de fecho desta edição, o mundo desconhecia ainda o teor do contrato de José Manuel Durão Barroso com a Goldman Sachs. Sabia-se que tinha sido convidado para ser seu presidente não executivo e consultor e isso bastou para o seu sucessor, Jean-Claude Juncker, declarar que "ao assumir o emprego, o Sr. Barroso será recebido na Comissão não como um antigo presidente mas como um representante [dos interesses do banco] e será submetido às mesmas regras de outros representantes". Ele, tal como todos os outros que saíram da "eurocracia", cruza-

Em 2016, as empresas inscritas no Registo de Transparência da UE gastaram mais 40% em lobing do que em 2012

ram a porta giratória e entraram no mundo dos negócios. Tal como Vitorino, que sempre que tem reuniões nas instâncias europeias, preenche a ficha onde se apresenta como advogado, se Barroso quiser seguir-lhe os passos, terá – tão simplesmente – de marcar, como qualquer outro representante de interesses.

Barroso cumpriu os 18 meses de nojo e pode (re)começar a sua vida. Mas o caso levantou tanta celeuma que, dia 28, quando o Colégio de Comissários estiver a debater o Registo de Transparência, e a propor que o atual registo passe a cobrir, de igual modo, o Conselho da UE e o Parlamento Europeu, sentirá a presença, na sala, das sombras de membros não registados na sessão: Charlie McCreevy, o ex-comissário para o Mercado Interno e Serviços (2004-2010) que foi levado a renunciar a um cargo na banca de investimento NBNK, depois de a comissão de ética da comissão alegar conflitos de interesses... e José Manuel Durão Barroso. ■

1 A recente morte de António Barbosa de Melo, e a pouca repercussão que teve nos media, evidenciou de novo certa degradação que a política portuguesa tem sofrido. O exemplo aqui é o de Coimbra, de cuja Faculdade de Direito Barbosa de Melo (EU) foi professor. Ele e dois colegas seus, Mota Pinto e Figueiredo, pertenceram ao núcleo fundador do PPD (hoje PSD), tendo BM sido ativo constituinte, depois deputado e, entre 1991/95, presidente do Parlamento. Os três eram assistentes quando eu ali fui estudar aulas com eles, pude conhecê-los e apreciá-los, ficaríamos amigos, o que impediu críticas que fiz a Mota Pinto como primeiro-ministro.

Barbosa de Melo era o que parecia mais conservador. Sem nenhuma dúvida, entanto, é o que importa, um democrata, sério e ponderado, incapaz de mesclar demagogias, com preocupações de solidariedade e justiça, na linha da doutrina da Igreja, de que o via como próximo, ou filiando-se na social-democracia comparando-o(s) com os que estão hoje na política ativa, comparando-se o daquele tempo, o que aqueles seus fundadores eram e defendiam, com o PS de hoje... Não só este, porém: ainda em Coimbra e como exemplo, o PS teve como fundadores cidadãos da invulgar dimensão ética, cívica e política de Fernando Vale e António Arnaut – mas não há muito houve inclusive acusações de "roubalheira" e fraudes várias em eleições internas do partido...

2 Dir-se-á que estou a atirar "bolas fora", quando há outros temas da atualidade a tratar. Pois há, mas já tantos falaram deles, por vezes de forma tão infundada e agressiva, que não posso neste espaço opinar a seu respeito sem o perigo de não dizer nada ou cometer pecado semelhante. Assim, preferi lembrar quem merece ser lembrado, e chamar a atenção para uma realidade que importa combater. Realidade que também evito abordar daqueles temas, com a análise e o diálogo confronto de ideias a lugar a ataques e maniqueísmos primários. O caso de um possível novo imposto sobre o património imobiliário cujo valor ultrapasse um certo limite (um milhão de euros?) é um bom exemplo disso. De facto, creio que à partida não se pode nem condená-lo nem apoiá-lo – tudo dependerá do que concreto será feito. Sendo óbvios os perigos e a complexidade da matéria, a sua eventual repercussão ao nível do investimento e da construção; e a hipótese, sempre infelizmente plausível, de uma vez mais acabarem por pagar só os que menos o deviam e escaparem ao pagamento esses mesmos que já ao de muitos outros impostos escapam, através de offshores, sedes no estrangeiro, ocultação de bens, etc.

Uma coisa, entretanto, se me afigura particularmente condenável: a condenação de qualquer ideia ou proposta não pela apreciação do seu mérito ou demérito, mas pela sua proveniência – o que lembra mentalidade e métodos do tempo da outra "senhora". E até dentro do PS há quem o faça propósito produzindo imbecilidades e insultos, mesmo contra o seu próprio partido! ■ vasco@impresa.pt

A recusa e condenação de qualquer ideia ou proposta não pela apreciação do seu mérito ou demérito, mas pela sua proveniência, lembra métodos do tempo da outra "senhora".